

ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS E EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Liliane Xavier **Luz** – UESPI

Agência Financiadora: CAPES

Introdução

A participação do empresariado na educação pública tem motivado o debate e os estudos atuais na área da educação tanto no Brasil como na Argentina, assim como em outros países da América Latina, mais precisamente a partir dos anos de 1990, quando os contornos das reformas implementadas pelo Estado se apresentavam de forma mais concreta no âmbito da educação¹ e os grupos empresariais ganhavam novo impulso com a inserção de suas organizações dentro do espaço denominado Terceiro Setor,² por meio das parcerias entre o poder público e organizações do setor privado de vários tipos.

Este artigo busca contribuir com esse debate, levando em conta a dimensão política que alcançou a educação no conjunto das organizações empresariais e a configuração que tomou, desde os anos de 1990, no interior das reformas e no redimensionamento das relações entre o público e o privado, em cujo eixo se encontra uma mudança nos padrões de gestão e organização das políticas educacionais. Nesse sentido, a questão que move nosso estudo é se os empresários são, no Brasil e na Argentina, atores de governo educacionais.

O texto está dividido em três tópicos. O primeiro tópico é uma introdução dos aspectos conceituais que norteiam a reflexão sobre as reformas educacionais e sua regulação por meio do Estado. O segundo tópico discute a redefinição das formas de atuação política do setor privado a partir da ampliação do associativismo empresarial e sua influência na educação.

¹ Afirmação baseada em um levantamento sobre o tema.

² Embora alguns autores ressaltem a forma imprecisa com que tem sido usado o termo Terceiro Setor, comumente este é definido como o conjunto das organizações da sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com interesses públicos. Para um melhor entendimento sobre a definição do Terceiro Setor, seu significado e o debate que este tema vem suscitando, bem como as diferentes abordagens em torno dele, podem-se consultar autores como Fernandes (1994) e Montaña (2002).

Tomamos como exemplo específico seis organizações: três do Brasil: 1. Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável (UNIETHOS); 2. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); 3. Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ); e três da Argentina: 1. Fundación Grupo Sophia (FGS); 2. Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC); 3. Yacimientos Petrolíferos Fiscales (FYPF). O terceiro tópico evidencia as formas como as organizações empresariais estão se inserindo na gestão das políticas educacionais.

Outros atores ou outras formas de governar a educação?

As mudanças nos processos de regulação social têm estabelecido novas formas de participação do Estado e dos setores privados nas políticas educacionais. Para além dos aspectos normativos que compõem o conjunto das regulamentações das reformas em curso desde a década de 1980, as alterações no modo de regulação social estão concorrendo para a construção de novos ajustamentos na legitimidade do espaço educacional, dando lugar a “estratégias e lógicas de ação de diferentes atores, através da confrontação, negociação e recomposição de objetivos e poderes” (BARROSO, 2003, p. 40). Entre esses atores, um vem adquirindo expressão na participação na esfera pública da educação: o empresariado.

A regulação social é aqui entendida como um processo contínuo de busca de ajustamentos econômicos, políticos e sociais, com fins de manter a governabilidade da sociedade, da economia, do Estado; a busca de novas formas de conhecimento e de poder, envolvendo diferentes modos de ação política, espaços, conflitos e atores, não pressupondo mudanças nas estruturas do sistema. Ou seja, para além da desregulação da economia e do social e para além o fato de que a educação estaria fora de qualquer controle por parte do Estado, outras formas de regulação, em que as reformas políticas, econômicas e educativas

constituem parte desse processo, vêm sendo postas em prática. No caso da educação, uma das características que vem tornando manifesta a alteração nos modos de regulação por parte dos poderes públicos é a criação ou a ampliação de diferentes mecanismos políticos e administrativos, muitas vezes com recursos e dispositivos do mercado (BARROSO, 2003), com fins de legitimar a governabilidade educativa através da participação de outros atores no governo da educação pública.

Essa participação, gestada e construída historicamente, ganhou novos formatos com a crise e reestruturação do capitalismo, das quais uma das conseqüências foi a redefinição do papel do Estado na gestão das políticas sociais, em particular, das políticas educacionais, ampliando ou criando mecanismos de participação do setor privado na esfera pública da educação. Reformas implementadas em meio ao clima intelectual e ideológico de disseminação de uma visão negativa do Estado e de exaltação das virtudes do mercado e, posteriormente, da “sociedade civil” (BORON, 2003).³

De outra parte, as mudanças na atuação do Estado contribuíram também para mudanças na atuação do setor privado. Particularmente, o associativismo empresarial ganhou um novo impulso na América Latina como uma das respostas à crise do capitalismo na região, em que o empresariado jogou papel importante na reformatação da agenda política e econômica desses países, entre os anos de 1980 e 1990 (BIANCHI, 2004b).⁴ Período em que o poder público, através dos seus ministérios, priorizou a interlocução com as organizações do setor privado na gestão das políticas educacionais.

³ Na América Latina, as reformas, como as conhecemos, tiveram início no final dos anos de 1970 e começo de 1980 na Bolívia, Chile e México; no final dos anos de 1980 na Costa Rica, Equador, Jamaica, Trindade e Tobago e Uruguai; e nos anos de 1990 na Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Brasil e Argentina; os países que não fizeram reformas foram Haiti e República Dominicana (EDWARDS apud BORON, 2003).

⁴ A categoria “associativismo empresarial” é utilizada neste trabalho a partir dos estudos de Bianchi (2004a;b), no sentido de delimitar a forma como os empresários organizam suas estruturas de representação, cuja característica é a criação de associações distintas formando uma estrutura paralela e sobreposta de organização, que vai conformando um complexo associativo e um intricado de relações.

Assim, consideramos como crucial o papel desempenhado na educação pelas organizações que tiveram, na sua base de criação, os grupos empresariais ou a influência destes por meio de recursos financeiros no período das reformas, as quais são aqui denominadas de organizações empresariais para diferenciar das demais organizações sociais. Pois, embora - diferentemente das empresas - não visem lucro, as organizações agem de forma indireta, ajudando as empresas a obterem lucro, por meio da divulgação de sua imagem. E, além do aspecto econômico, as organizações ligadas aos empresários estão mobilizando um conhecimento que é repassado por meio dos discursos e das representações sobre educação em diferentes espaços, a exemplo da mídia, bem como pelo material produzido para as escolas.

O significado atribuído à concepção de atores de governo está fundamentado na percepção de que, dentro do papel ativo e central do Estado no desenho das reformas educacionais, há sua reconfiguração, no sentido da transição da noção de um Estado unificado e onipresente para uma forma de governo mais pluralizada (DE MARINIS, 2008). Diante disso, vários atores são incorporados mais diretamente ao “governo da educação”, passando a conviver com os atores tradicionais (Estado, instâncias intermediárias, escolas etc.), fazendo com que se redefinam também as formas tradicionais de governar a educação (DE MARINIS, 2008). Ou seja, na educação “intervém um complexo conglomerado integrado (como sempre) por elementos da burocracia estatal, mas também por muitos outros atores” (DE MARINIS, 2008, p. 14), a exemplo das organizações empresariais.

Essa forma de governar a educação vem se fortalecendo com a consolidação das políticas de descentralização no contexto pós-reforma educacional, tanto para os municípios, estados ou províncias como para o mercado, a partir do emprego da responsabilidade social.

As reformas dos anos de 1990, fortalecidas pelas crises econômicas e acentuadas pelos problemas sociais e educacionais, favoreceram a descentralização para o mercado. Nesse

processo, os empresários passaram ver a educação pública como um espaço onde se pode intervir de diversas formas, como, por exemplo, na formação para o trabalho. Simultaneamente, o poder público incentiva a participação das empresas na educação por meio das parcerias intermediadas com as ONGs, os grupos de técnicos, as fundações empresariais etc., pois é principalmente por meio das parcerias que ocorre a interlocução do poder público com os grupos empresariais. Assim, o poder público não mantém parceria direta com as empresas; esta ocorre por intermediação, uma vez que os recursos só podem ser repassados para “instituições privadas sem fins lucrativos”.

Isso não significa dizer que o Estado deixou de se responsabilizar pela educação, mas pressupõe uma estrutura de gestão educacional em que os setores da iniciativa privada passam também a definir políticas educacionais. Ou seja, para além das tradicionais instâncias de governo, outras instâncias agem como atores de governo, pois estão administrando, organizando e definindo as questões educacionais, tendo em vista as mudanças na governabilidade da educação pública.

Ampliação do associativismo empresarial na educação

Assim como o Estado, as organizações de interesse do capital⁵, tanto no Brasil como na Argentina, redefiniram suas formas de atuação política e fizeram ampliando seu universo associativo e sua participação na esfera pública. Isso se deve tanto às estratégias do próprio movimento empresarial como ao favorecimento do Estado. Isto evidencia que, na sua trajetória, os empresários não se comportam somente como agentes do poder econômico, mas também como atores de políticas. Particularmente no Brasil, o empresariado ocupou nitidamente uma posição histórica nas políticas educacionais, mostrando-se muito mais ativo

⁵ Segundo Offe (1984), ao contrário do trabalho que tem somente uma forma de organização para defender seus interesses, no caso o sindicato, o capital tem sob seu comando três diferentes formas de ação coletiva: a própria firma, a cooperação informal e a associação dos empregadores ou de empresas.

do que na Argentina. Não obstante, nos dois países, o poder público, no contexto das reformas, priorizou a interlocução com o setor privado na formulação e na implementação das políticas educacionais e criou uma série de aparatos legais e administrativos para consolidar essa interlocução com o Estado, principalmente no que concerne às parcerias. Mas o resultado dessa via de mão dupla é que, seja por meio da participação direta, seja intermediados pelas organizações, os empresários, nos dois países, são beneficiados de várias maneiras, quando investem na educação pública. De acordo com informações obtidas durante nossa pesquisa, os benefícios mais citados tanto pelos gestores públicos como pelos diretores das organizações nos dois países foram: responsabilidades sociais, legais, *marketing*, incentivos fiscais, retorno pessoal - aspectos intimamente interligados.

As organizações empresariais tornaram-se as principais catalisadoras desses benefícios, pois são elas que fazem com que o empresariado se apresente com maior credibilidade na esfera pública e com que esses benefícios se transformem em lucro para os empresários. As organizações, por si sós, não têm objetivos de lucro, são por definição e na prática “entidades privadas sem fins lucrativos”. Porém, elas capitalizam dinheiro para o empresariado, convencendo-o a fazer *marketing*, já que assim se vende mais; elas ajudam a dar maior legitimidade ao empresariado, quando realizam ações com seu apoio; elas ajudam a fazer repercutir na sociedade o apoio empresarial, quando realizam ações educacionais, canalizando problemas muito localizados como, por exemplo, a formação da mão-de-obra, etc. Elas são assim um caminho indireto para obtenção de lucro. Para além do lucro imediato, ao possibilitar que o empresariado interfira nas políticas educacionais de forma legitimada na sociedade, as organizações possibilitam também que os empresários exerçam influência com sua forma de ver o mundo e a educação, que estabeleçam padrões de socialização escolar de acordo com as necessidades e interesses do mercado.

Não obstante, embora com suas especificidades, as organizações no Brasil e na Argentina tiveram, na sua base de fundação, os grupos empresariais ou a influência destes por meio de recursos financeiros. Algumas delas foram criadas dentro das próprias organizações patronais, a exemplo da FYPF, na Argentina, e da Fundação Abrinq, no Brasil. Suas ações, embora de cunho social, estão muito atreladas ao pensamento dos grupos empresariais que lhes deram origem. No caso da FYPF, as ações educativas estão mais vinculadas às atividades do setor produtivo da empresa (elétrico e petroquímico). Isto se faz por meio do investimento na geração de novas tecnologias de gás e petróleo, mais do que em outras ações. Enquanto a Fundação Abrinq, por ser ligada aos fabricantes de brinquedos, vinculou suas ações à problemática dos direitos das crianças e adolescentes. Algumas organizações enveredaram mais para o campo das políticas de currículo, avaliação e gestão dos sistemas de ensino e da escola, a exemplo do CENPEC, no Brasil, e do CIPPEC, na Argentina: em ambos, os serviços comumente são encomendados pelo poder público. No caso do Grupo Sophia, na Argentina, as ações aparecem em atividades dispersas, em pesquisas encomendadas pelos empresários e em busca de vinculação com as ações do Estado. E, no caso do UniEthos, no Brasil, o trabalho de educação é voltado exclusivamente para a formação da gestão empresarial, mesmo apoiando ações educacionais de outras organizações e manifestando-se nos espaços que lidam com a educação pública. Isso demonstra que as organizações estão participando da gestão das políticas sociais, fortalecendo os princípios de gestão empresarial, cujos argumentos tiveram como base a incapacidade do Estado e a eficácia do mercado na gestão das políticas. Parte-se do pressuposto de que o empresariado tenha um conhecimento que passou a ter valor no âmbito da gestão pública e na sociedade como um todo.

Tanto no Brasil como na Argentina, essas organizações criaram uma estrutura financeira e de recursos humanos com profissionais de distintas áreas e articularam-se com o Estado e com os demais atores sociais em forma de parceria. Além do poder público, as

parcerias envolvem outras empresas, outras fundações, centros de investigação etc., de natureza, local, nacional e transnacional. A estrutura das organizações contempla o voluntariado que se profissionalizou e deixou de ter uma “natureza” individual com base na vontade e na caridade, mas vem se incorporando como sujeito social dentro da complexa relação de trabalho flexível, em que as “entidades privadas sem fins lucrativos” se tornaram mais um espaço de mercado e, portanto, uma fonte de trabalho.

Nesse universo, são várias as formas de articulação do associativismo empresarial no campo das políticas sociais. Uma delas ocorre por meio da criação de novos “círculos empresariais” ou do fortalecimento dos que já existem, com o fim de discutir e deliberar sobre problemáticas historicamente vinculadas às políticas sociais ou emergentes. Os “círculos” englobam fóruns, debates, jornadas, encontros, seminários etc., - alguns deles com participação do poder público e de outras organizações da sociedade civil -, em que comumente proposições e documentos são elaborados com fins de influir em políticas públicas. Alguns eventos são realizados em função de uma demanda e não têm uma continuidade, enquanto outros se prolongam nos anos posteriores, passando a ter uma periodicidade. Podemos citar como exemplo, dentre outros, na Argentina, as jornadas do setor social e, no Brasil, os congressos sobre investimento social privado e os encontros regionais de educação do “Programa Educação e Parceria”.

A exemplo do que já existe no Brasil, algumas organizações empresariais na Argentina foram incorporando temas sociais no universo de suas ações, como vêm anunciando os meios de comunicação sobre as atividades do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA), do Instituto Argentino de Ejecutivos de Finanzas, do Centro de Estudios Macroeconómicos de la Argentina (CEMA), da Asociación Cristiana de Dirigentes de

Empresa (ACDE), do Consejo de Empresário Argentino (CEA),⁶ etc. (*Diário La Nación*, 15 jun. 1997).

O crescimento da influência do empresariado nas políticas sociais, particularmente nas políticas educacionais, ocorre sob diferentes ângulos. As organizações empresariais criaram uma estrutura de análise de dados que fomenta seus censos; os balanços sociais; as publicações de autores do meio empresarial; a promoção de instituições e os sistemas educacionais; os gestores e os professores, com premiações baseadas em determinados padrões de gestão e de qualidade - algo que vem ocorrendo mais no Brasil do que na Argentina, porém dentro de uma mesma lógica organizacional: intervir na gestão pública.

A influência das organizações empresariais ocorre também por meio do desenvolvimento em pesquisas, em que a principal característica é a elaboração de diagnósticos, seguidos de análises e propostas de intervenção nas políticas, o que comumente resulta em publicações.⁷ Assim, os empresários intervêm nas políticas e tornam-se atores de governo por meio dessas organizações. Ou seja, há um saber que é produzido nas organizações, direcionado para as políticas sociais fora dos centros acadêmicos e do poder público, o que significa dizer que os empresários estão ocupando tanto a posição de organização e gestão do capital como também das políticas públicas. No caso da Argentina esta premissa está também relacionada a uma tradição de pesquisa em outros espaços além das universidades, diferentemente do Brasil, onde a pesquisa tradicionalmente se concentrou e se legitimou nas universidades e em alguns centros de pesquisa.

As organizações criam lemas diversos dentro da idéia de Responsabilidade Social, tais como “Franquia Social Sem Fins Lucrativos”, criado pela Fundação Ioschpe no Brasil e “Investimento Social Privado”, criado pelo Grupo de Institutos e Fundações Empresariais

⁶ Posteriormente denominada de Asociación Empresaria Argentina (AEA).

⁷ Ver, por exemplo, a publicação do Banco Itaú em parceria com o Unicef, intitulada “Educação para a inclusão: a parceria Itaú-Unicef”.

(GIFE), também no Brasil, o que permite supor que, dentro do meio empresarial, não haja um consenso sobre o que seja RSE, muito embora seja sob o lema da RS que o empresariado tem tirado vantagem no mercado competitivo.

Por meio das organizações, os empresários movimentam recursos no sentido de difundir um “saber” próprio de suas experiências para o desenvolvimento de ações educacionais. Esse saber vem-se manifestando nas estratégias e ações político-educacionais materializadas na elaboração e na gestão de programas e projetos, no monitoramento e avaliação de resultados etc. As ações idealizadas e realizadas pelas organizações empresariais são comumente disseminadas como eficientes, como econômicas, que tem impacto na gestão etc., adquirindo assim um determinado “valor social” diante da opinião pública. É também por meio desse conhecimento, respaldado nos programas e projetos que os empresários, intermediados pelas organizações, estão participando das políticas educacionais. Nesses aspectos, a mídia tem sido uma forte aliada do associativismo empresarial, pela divulgação que tem feito das experiências educativas realizadas por pessoas voluntárias e por instituições do setor privado.

Enfim, os empresários estão participando do governo da educação de forma muito diversificada, na medida em que agregaram novos interesses, pulverizaram-se, subdividiram-se e articularam distintas alianças. Estes atores, que já existiam antes, apresentam-se de forma nova na esfera da educação pública. Contudo, mesmo de forma pluralizada e com ações pulverizadas, as organizações empresariais associam-se, formando grandes organizações, para representar seus interesses. No Brasil, a maioria das organizações que movimenta o mercado da RSE está vinculada ao GIFE, criado em 1995. Algo semelhante vem ocorrendo na Argentina, desde os anos de 2000, a exemplo do Instituto Argentino de Responsabilidade Social (IARSE), criado em 2002, com a “missão de promover e difundir o conceito de responsabilidade social”.

Segundo Bianchi (2004a), desde os anos de 1980 o associativismo empresarial vem-se expandindo na totalidade dos países latino-americanos e tem-se destacado por meio de três tendências: a expansão de organizações formadas para representar interesses setoriais novos ou até então marginalizados, a exemplo das associações de pequenas e médias empresas; a difusão de centros de estudos e de divulgação da ideologia empresarial; e a criação de novas associações empresariais de cúpula e a renovação de entidades já existentes.

Esse associativismo apresenta-se de forma cada vez mais complexa, seja somando as organizações que já existem, seja sobrepondo-as, seja, ainda, criando organizações que agregam novos interesses. Além das organizações vinculadas a uma empresa em particular, uma mesma organização comporta um conjunto de outras organizações empresariais ou empresas e organizações que passam a aglutinar uma mesma organização. As empresas podem ou não estar associadas a um mesmo ramo da cadeia produtiva e comercialização, assim como podem desenvolver ações por iniciativas próprias de suas organizações ou também em parceria com outros atores, não necessariamente dos setores econômicos; ou, ainda, desenvolver ações com o poder público.

Embora haja controvérsias, o empresariado vem-se mostrando mais ativo e muito mais forte do que os outros grupos sociais e colocando-se como um condutor de políticas em conjunto com o poder público, ocupando, muitas vezes, o espaço da gestão pública, num processo em que as organizações têm jogado um papel fundamental.

Neste sentido, alguns traços - ordenados também a partir de entrevistas durante a pesquisa - podem ser elencados, para fins de caracterizar no geral essas organizações:

1. as organizações estão atuando com visão de gestão pública, por meio da oferta de serviços e da elaboração de demandas para o Estado. No caso do Brasil, há uma maior tendência à indução para que o poder público implemente as políticas, assim como algumas

das organizações agem diretamente junto ao poder público. Na Argentina, ainda que haja indução e ação direta, prevalece mais o trabalho de assessoria;

2. diferentemente da filantropia tradicional, que estava orientada para a assistência, as organizações estão mais voltadas para o “social”. No entanto, no caso do Brasil, a filantropia foi mais presente do que na Argentina, por ter esta uma tradição de educação laica e promovida pelo Estado e por haver, no Brasil, uma histórica indefinição do Estado na criação de um sistema educacional. Enquanto as organizações, na Argentina, estão se mostrando mais preocupadas com a crise social (crescimento da pobreza, desemprego, violência) e, a partir desta, com a situação educacional, talvez porque as desigualdades sociais estejam traduzindo o binômio crise e reforma, no Brasil há uma preocupação maior com os indicadores educacionais, pois com a reforma reinicia-se um debate sobre a possibilidade de universalização da educação básica;

3. no geral, em ambos os países, anteriormente, as organizações respondiam apenas a demandas externas e suas ações eram mais dispersas; mas, após a regulamentação por parte do poder público, suas ações estão mais focalizadas, devido principalmente à possibilidade de criação de seus próprios programas e projetos e à participação em programas e projetos do Estado;

4. algo comum ocorre também em relação a uma preocupação atual, por parte das organizações, com o monitoramento e a avaliação de impacto das ações, talvez devido ao fato de a gestão privada agir em função da eficácia e dos resultados imediatos;

5. no que diz respeito às ações, estas eram definidas, na maioria das vezes, unilateralmente, baseadas em critérios individuais de iniciativa de algum gerente ou diretor de empresa, enquanto atualmente as organizações agem em forma de co-responsabilidade de projetos e por meio de alianças e estratégias institucionais;

6. como as iniciativas eram individuais, os recursos aportados eram basicamente dinheiro ou bens materiais e davam-se mais no nível gerencial, enquanto atualmente envolvem múltiplos recursos e atores.

As características aqui apresentadas evidenciam que as organizações empresariais passaram por um processo de redefinição para sua adaptação às novas estruturas do capitalismo, arregimentadas por uma ordenação institucional por parte do Estado. Isso evidencia que mesmo a obtenção do lucro só é possível se estiver associada a outros fatores que transcendem o aspecto econômico. Nesse processo, os empresários utilizam a educação como espaço de participação no Estado, como de obtenção de lucro e como forma de repassar um saber que os legitimam na sociedade.

Essas mudanças vão aparecendo de diversos modos, em fases distintas, pois o que preponderava em períodos anteriores era uma tradição filantrópica que consagrou muitas iniciativas na educação com característica de benevolência, vinculadas a iniciativas individuais ou a instituições religiosas de vários tipos, sobretudo no Brasil, onde a presença do Estado na educação é historicamente menor do que na Argentina. Neste momento, as organizações afastaram-se mais dessa ideologia da meritocracia, assumindo uma racionalidade pautada na eficácia, na eficiência e na gestão descentralizada, para que os meios cheguem aos fins a partir de determinados resultados alcançados, conforme metas anteriormente traçadas. É assim que as organizações empresariais mostram uma feição comum nos dois países: sua lógica de funcionamento é por dentro da gestão das ações governamentais.

O lugar do empresariado na gestão das políticas educacionais

O empresariado vem-se inserindo na gestão das políticas educacionais por meio de suas organizações, as quais desenvolvem ações de forma cada vez mais pulverizadas.

No Brasil, identificamos ações diretas no ensino-aprendizagem, na gestão pedagógica e na organização da escola, realizadas pelo CENPEC, uma organização com característica mais eclética, que desenvolve programas e projetos de diferentes tipos, influenciando mais diretamente no currículo; na avaliação da escola e dos sistemas municipais de educação; na formação de professores e gestores das escolas e dos estados e municípios; na elaboração de materiais pedagógicos etc. As principais características dessa organização são a ação direta na educação, a assessoria aos governos federal, estaduais, municipais e o trabalho nas instâncias da educação não formal. Seu universo de parcerias é também bastante eclético, envolvendo governos, organizações da sociedade civil, empresas e fundações de diferentes tipos. Nesse percurso, alguns programas do CENPEC tornaram-se programas de governo.

Já, a Fundação Abrinq priorizou a indução do poder público para que as distintas instâncias governamentais realizem ações voltadas para os direitos da criança e do adolescente, nas quais se incluam políticas de atendimento nos diferentes níveis da educação básica. Simultaneamente, a Abrinq mobiliza as empresas para desenvolver ou apoiar ações dessa mesma natureza, que vão desde a criação de creches até a incorporação dos jovens no mercado de trabalho através de programas de aprendizagem em serviço. É nesse sentido que a Abrinq exerce influência sobre os programas dos governos desde os períodos eleitorais e monitora as ações do poder público, durante os mandatos governamentais, na implementação das políticas. A Fundação utiliza, como principais estratégias de aproximação com o poder público, a certificação, a premiação e a divulgação das ações governamentais. Simultaneamente, utiliza como estratégia de valorização do mercado na sociedade o selo nas embalagens dos produtos das empresas que, de algum modo, realizem ações voltadas para os direitos da criança e do adolescente ou que, pelo menos, não violem alguns desses direitos,

como é o caso de não fazerem uso do trabalho infantil. Dentre as organizações pesquisadas, a Fundação Abrinq foi a que mais ampliou o universo das parcerias, tanto com o poder público como com o setor privado e com pessoas voluntárias.

No caso do UniEthos, apesar de suas ações serem também indutoras, não há uma preocupação com a gestão das políticas sociais mais diretamente. Sua indução passa pela preocupação com a gestão e com a educação empresarial para que as empresas façam uso da responsabilidade social, incluindo a preocupação com os consumidores e a relação com a comunidade. Nessa perspectiva, o UniEthos recomenda o investimento nas escolas que estão localizadas mais próximas das empresas, em ações distintas que incluem intervenção na aprendizagem, na administração da escola e na doação de equipamentos, com prioridade na utilização do “potencial” voluntário dos funcionários das empresas e da comunidade (Instituto Ethos/CENPEC, 1999). Além das empresas, as universidades tornaram-se campos de intercâmbio do UniEthos na produção de conhecimento sobre terceiro setor e responsabilidade social.

Na Argentina, uma das organizações mais ecléticas é o CIPPEC, em que identificamos ações dos mais diferentes tipos, tais como influência no currículo, na formação de professores e gestores educacionais, no financiamento da educação. Mas, basicamente, suas ações são realizadas em forma de assessoria e consultoria aos governos provinciais, elaborando diagnósticos e recomendações às políticas educacionais, muito embora este tipo de intervenção acabe tendo impacto nas escolas, pois, mesmo que algumas ações não sejam realizadas diretamente nas escolas, poderão vir a ser viabilizadas de forma indireta através do poder público. Além da assessoria aos governos, o CIPPEC exerceu influência mais direta no desenho da lei de financiamento educativo (Lei nº 26.075/2005), utilizando principalmente sua influência nos meios de comunicação. Por meio da relação com o poder público na

educação, principalmente com os governos provinciais, o CIPPEC vem ampliando suas ações e o universo de suas parcerias com outras organizações da sociedade civil e com empresas.

Dentre as organizações pesquisadas na Argentina, a Fundação YPF é a que mais age diretamente na educação. Em um conjunto de ações socioeducacionais, a que tem maior destaque e regularidade é a concessão de bolsas de estudos em nível de graduação e pós-graduação, por meio de programas conjuntos com o governo federal, em áreas que beneficiam o setor produtivo da empresa. Neste aspecto, a Fundação influencia na produção do conhecimento e da pesquisa do país a seu favor, mas acabam beneficiando-se também alunos e o próprio Estado. De outra via, um dos traços distintivos entre a Fundação YPF e as demais organizações da Argentina é o assento que vem adquirindo nos programas de governo. Além do poder público, a FYPF vem ampliando o universo de suas parcerias, principalmente com as ONGs, devido à utilização do trabalho voluntário dos funcionários da empresa, meio pelo qual os projetos para *inversão social* são elaborados e implementados nas comunidades e em parceria com as organizações não governamentais.

A Fundação Grupo Sophia mantém uma posição secundária nas políticas educacionais em relação às demais organizações pesquisadas. Ela presta assessoria aos governos e aos grupos empresariais por meio da elaboração de diagnósticos e de recomendações às políticas sociais e, em particular, às políticas educacionais. Sua principal preocupação é com a formação de técnicos para ascender na gestão pública, tendo em vista a modernização da administração do Estado e a resposta aos problemas sociais. Seu raio de parceria é, em sua maioria, formado por grupos empresariais.

De um modo geral, tanto no Brasil como na Argentina, as organizações apresentam-se no espaço da educação de forma cada vez mais plural, desenvolvendo ações que vão desde questões curriculares, como a formação para o mercado de trabalho. Contudo, no Brasil há uma maior participação das organizações na gestão da educação do que na Argentina,

principalmente pelo poder de indução sobre o poder público que a maioria delas alcançou, influenciando politicamente na implementação das políticas, na mobilização do empresariado e da sociedade. Na Argentina, devido à retração da sociedade salarial, ao aumento do desemprego e das condições de pobreza, a maioria das organizações, através do seu quadro “profissional”, enquadra-se mais na categoria dos *expertos*. Estes desenvolvem e aperfeiçoam sofisticadas técnicas para identificação do “necessitado” e posterior incorporação a programas assistenciais associados às propostas pedagógicas (DUSSEL; TIRAMONTI; BIRGIN, 2001). Assim, enquanto no Brasil os empresários estão se mostrando mais preocupados com os indicadores educacionais, na Argentina os empresários se mostram mais preocupados com os problemas sociais e, desde aí, redimensionar as políticas educacionais.

Por fim, é possível frisar que a diversidade com que os atores se relacionam contribui para pluralizar as formas de governar a educação, tendo como ponte as políticas educacionais pulverizadas. Nestas relações, apesar das especificidades, as organizações empresariais estão centrando força na qualificação da gestão pública, em particular na gestão educacional; no convencimento das empresas para o uso da RS; no apoio técnico e financeiro às outras organizações da sociedade civil; e no incentivo à prática do voluntariado.

Podemos afirmar que os empresários são, no Brasil e na Argentina, atores de governo educacionais. E não são novos atores, apresentam-se de forma distinta no governo da educação, pela forma como seus espaços de atuação foram redefinidos e readaptados no processo das reformas recentes, em que o Estado pluraliza os meios de governar, sem deixar de agir como ator central.

Referências

ARGENTINA. Congreso de la Nación Argentina. Ley 26.075, 21 de dezembro de 2005. Ley de Financiamiento Educativo. *Boletín Oficial de de la Cámara de Diputados de la Nación Argentina*, Buenos Aires, Argentina, 5, may. 1993.

BARROSO, João. *Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada*. Lisboa: ASA, 2003.

BIANCHI, Álvaro. Estado e empresários na América Latina (1980-2000). *Antropolítica*, Niterói, v. 16, n. 16, p. 101-122, 2004a.

_____. *O Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado) - Campinas, São Paulo: Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004b.

BORON, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia em América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

DE MARINIS, Pablo. *Comunidad, globalización y educación: Algunas reflexiones acerca de la “desconversión de lo social”*. Argentina: UBA/Conicet, 2008. (Digital).

Diário La Nación, 15 de Junio de 1997.

DUSSEL Inés; TIRAMONTI Guillermina; BIRGIN, Alejandra. Hacia una nueva cartografía de la reforma curricular. Reflexiones a partir de la descentralización educativa argentina. In: TIRAMONTI Guillermina. *Modernización educativa de los '90. ¿El fin de la ilusión emancipadora?*. Buenos Aires: FLACSO/Temas Grupo Editorial, 2001).

FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.